

**HABEAS CORPUS Nº 639.284 - CE (2021/0006444-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**IMPETRANTE** : ALDENOR LEMOS SILVA  
**ADVOGADO** : ALDENOR LEMOS SILVA - CE039277  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ  
**PACIENTE** : LUCINALDO SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

**DECISÃO**

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCINALDO SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.

Consta da inicial a prisão em flagrante do paciente, posteriormente convertida em preventiva, no dia 20 de outubro de 2020, pela suposta prática dos crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico, capitulados, respectivamente nos art. 33, *caput*, e art. 35, ambos da Lei 11.343/2006.

Aduz o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal decorrente da decisão monocrática que indeferiu pedido liminar formulado em *habeas corpus* impetrado perante o tribunal de origem, visando a revogação da prisão preventiva.

Em suas razões, sustenta o impetrante excesso de prazo na segregação processual do paciente e desproporcionalidade da medida extrema, cuja manutenção carece de fundamento idôneo, além de estarem ausentes os requisitos autorizadores da prisão. Alega, ainda, que o paciente possui condições pessoais favoráveis e que não restou configurado o crime de tráfico de drogas, mas apenas a posse de pequena quantidade para consumo pessoal.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva do paciente, e, no mérito, a concessão definitiva da ordem pleiteada. Subsidiariamente, requer a substituição da medida extrema por medidas cautelares diversas da prisão, inclusive internação em clínica para dependentes químicos.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

# Superior Tribunal de Justiça

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210, ambos do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente